

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O DEBATE DOS FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA DETERMINAÇÃO DA FORMA SOCIAL ALIENADA

GEORGE FRANCISCO CEOLIN¹

RESUMO

O artigo apreende as conexões entre as determinações da divisão social do trabalho na sociedade burguesa e suas implicações no caráter social do trabalho profissional do serviço social. A função social que legitima a necessidade de uma determinada especialização na divisão social do trabalho infere-se da lógica da ordem do capital, demandada pelas formas históricas particulares de valorização do valor. Explicitam-se os fundamentos do fetichismo da mercadoria, ancorando-se na lei do valor e nas bases constitutivas da alienação que contornam as determinações do trabalho no processo de produção e reprodução do capital.

Palavras-Chave: Trabalho alienado, Trabalho profissional, Serviço Social.

RESUMEN

El artículo captura las conexiones entre las determinaciones de la división social del trabajo en la sociedad burguesa y sus implicaciones para el carácter social del trabajo social profesional. La función social que legitima la necesidad de una cierta especialización en la división social del trabajo se infiere de la lógica del orden del capital, exigida por formas históricas particulares de apreciación del valor. Se explican los fundamentos del fetichismo de las mercancías, anclados en la ley del valor y las bases constitutivas de la alienación que eluden las determinaciones del trabajo en el proceso de producción y reproducción del capital.

Palabras clave: Trabajo enajenado, Trabajo profesional, Servicio Social.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

A profissão do Serviço Social está diretamente vinculada às demandas engendradas pela contradição resultante de relações sociais antagônicas expressas na produção e reprodução da ordem do capital. Demandas estas assumidas pelo estado, que organiza respostas à necessidade de assegurar a exploração e controle da força de trabalho, e de sua legitimação como instância garantidora da expansão do modelo de reprodução social do capital.

A intensificação das contradições inerentes ao processo da valorização do valor, nas particularidades da crise estrutural do capital, expressa os limites dessa ordem sociometabólica (MÉSZÁROS, 2009) em um novo patamar; e exige uma radicalidade da crítica à totalidade da forma social burguesa. Tal propósito exige uma abstração dialética que reproduza em conceitos a objetividade social, enquanto totalidade contraditória fetichizada determinada pelo movimento de valorização do valor. Para que a crítica à forma social enquanto totalidade cumpra sua função de “destruir” (MARX, 2010, p. 147), faz-se necessário que seja uma crítica radical à totalidade da forma social burguesa.

O tempo histórico presente está prenhe de desafios que exigem novas perguntas às velhas questões, cujas contradições do processo histórico exigem que avancemos na elaboração de novas estratégias de respostas. A perda da potência da crítica à forma social burguesa não está dada pelo movimento do pensamento, mas antes, pelas determinações do tempo histórico, portanto pela realidade. Assim, faz-se necessário que “a arma da crítica” seja implacável com a “crítica da arma”, para que a teoria seja radical (MARX, 2010, p. 151).

Nos termos de Kosik, a destruição das abstrações da própria realidade, bem como, de suas abstratas representações, exige a destruição da pretensa independência entre sua forma aparente e sua legalidade própria. “O que confere aos fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta” (KOSIK, 1976, p. 20).

Nesses termos, a crítica à independência aqui, não pode se limitar à relação das formas de aparecimento e sua legalidade própria, mas, antes, exige que seja em relação às conexões que determinam a unidade contraditória que as compenetra enquanto totalidade da forma social burguesa.

A não apreensão da lógica categorial desenvolvida por Marx em sua teoria do valor

pode permitir desvios para interpretações que dissocia o conteúdo conceitual formal do desenvolvimento categorial de construção de conhecimento que expresse a real conexão de uma “unidade de contrários” em constante movimento, e induzir uma análise restrita à expressão política desse conteúdo, dissociada da forma social específica que determina sua realização.

A análise de maior rigor teórico das categorias constitutivas da forma valor como fundamento na sociedade burguesa é fato já reconhecido na produção da literatura do trabalho profissional do serviço social, com destaque à obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, de Marilda Iamamoto (2007). Nesta, a autora identifica na literatura do tema, a redução do trabalho profissional do serviço social à sua dimensão de trabalho útil concreto, independente da forma social de trabalho abstrato - que determina o caráter social do trabalho na sociedade capitalista, como limites “sobre as abordagens correntes sobre trabalho e reprodução das relações sociais (...) na base de muitos dos dilemas da análise do trabalho do assistente social”; e anuncia a necessidade de “um resgate da teoria do valor trabalho na obra de Marx” (IAMAMOTO, 2007, p. 31) para elucidação desses dilemas, como condição para apreensão dos fundamentos da concepção de trabalho profissional do serviço social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho capitalista, apresentados pela autora na primeira parte da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de 1982, que ainda, segundo a autora, “tornou-se de domínio público, mas não os seus fundamentos” (IAMAMOTO, 2007, p. 29).

A análise que prioriza o conteúdo técnico material das determinações do trabalho profissional em detrimento de sua forma social de realização, enquanto trabalho abstrato, mesmo considerando sua relação contraditória, possibilita a fragmentação da unidade de contrários em unidades independentes. Ora privilegiando o caráter útil do trabalho profissional ora evidenciando sua peculiar condição de trabalho abstrato. Essa fragmentação do conteúdo do trabalho na sociedade burguesa em relação as determinações da forma social que lhe consubstancia, é o que pode estar na raiz de alguns dos dilemas e limites da análise do trabalho profissional do serviço social.

Nestes termos, a investigação do caráter social do trabalho profissional do serviço social requer uma apreensão das determinações constitutivas do trabalho e da divisão social do trabalho nas especificidades da forma social da sociedade capitalista, que atribua

visibilidade à alienação como forma social reificada inerente do trabalho na sociedade burguesa, como consequência da inversão sujeito e objeto na determinação da reificação das categorias econômicas nas relações sociais que constituem a sociedade produtora de mercadorias.

Essa qualidade social específica na forma social burguesa é dada pela especificidade da forma social fundada no trabalho abstrato como substância e grandeza do valor (MARX, 1968, p. 4) que a constitui. Nestes termos, o desenvolvimento e complexificação das formas históricas de valorização do valor é categoria central nas determinações constitutivas do trabalho nas relações sociais reificadas dos processos que constituem a produção e reprodução da sociedade capitalista.

I OS FUNDAMENTOS DO FETICHISMO DA MERCADORIA COMO FORMA PARTICULAR DE ESTRANHAMENTO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Na sociedade produtora de mercadorias, as relações sociais de produção se dão através da transferência de coisas como portadoras de uma função social específica, em que elas adquirem um caráter material. A função social que se realiza através de uma coisa confere a essa coisa um particular caráter social, uma determinada forma social, uma “determinação de forma”.

A ideia central da teoria do fetichismo da mercadoria não é a de que a Economia Política desvende relações de produção entre pessoas por trás das categorias materiais, mas a de que numa economia mercantil-capitalista essas relações entre as pessoas adquirem necessariamente uma forma material, e só podem ser realizadas sob essa forma. A habitualmente breve formulação dessa teoria sustenta que o valor da mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção (...). É mais exato expressar inversamente a teoria do valor: na economia mercantil-capitalista, as relações de produção entre os homens em seu trabalho necessariamente adquirem a forma de valor das coisas, e só podem aparecer nesta forma material; o trabalho social só pode expressar-se no valor. (RUBIN, 1980, p. 77).

A categoria material é expressão de uma relação social precisamente determinada, em que por trás de cada categoria material, está oculta uma relação social de produção específica, que na economia mercantil-capitalista, só se realiza por meio de coisas, e confere às coisas um determinado caráter objetivamente social, uma forma social reificada.

As relações entre classes sociais têm por fundamento as personificações de categorias econômicas que se materializam e expressam nas classes antagônicas, enquanto agentes

econômicos autônomos. Relações estas que, só podem ser examinadas a partir da categoria valor enquanto fundamento geral da teoria do fetichismo da mercadoria.

Trata-se de uma dominação que se funda na personificação de determinadas categorias econômicas em classes sociais que se interagem numa relação social de produtores de mercadorias. A coisificação e a reificação de relações sociais de produção em categorias econômicas materiais é a base sobre a qual Marx construiu sua teoria do fetichismo - da mercadoria (MARX, 1968), e do capital (MARX, 1974).

Não se trata simplesmente de que relações humanas são encobertas por relações entre coisas, mas também que, na sociedade mercantil-capitalista, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas.

No mercado, os produtores de mercadorias não aparecem como pessoas com um lugar determinado no processo de produção, mas [antes] como proprietários e possuidores de coisas, de mercadorias. (...) A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorrem exclusivamente através das coisas, através de produtos de seu trabalho [enquanto personificação das coisas] (RUBIN, 1980, p. 22).

Ao revelar que as relações sociais de troca é a forma particular do processo de reprodução social da economia mercantil-capitalista, Marx expõe as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria.

A teoria do fetichismo é a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor. Portanto, se faz necessário explicitar os fundamentos da abordagem marxiana sobre o caráter fetichista que envolve as relações de troca e, principalmente, o caráter social do trabalho.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria provém da própria forma mercadoria. “A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores [...]”, diz Marx (1968, p. 80). A quantidade de dispêndio da força de trabalho toma a forma da quantidade de valor dos produtos do trabalho, e as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma reificada de relação social entre os produtos do trabalho. Assim,

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio

trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1968, p. 81).

A igualdade de diferentes trabalhos particulares assenta-se em uma abstração que despreza a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força de trabalho, de trabalho abstrato. Ao igualar, na relação de troca como valores, seus diferentes produtos igualam seus trabalhos por meio de uma abstração (MARX, 1968, p. 82).

A condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidade de valor. A forma valor é, em suma, forma equivalente geral. Portanto, mercadoria determinada, cuja forma natural se identifica socialmente à forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro. A forma geral do valor transforma-se em forma dinheiro do valor.

É essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência (MARX, 1968, p. 84).

No mundo fantasmagórico, em que o trabalho social se torna independente e domina a humanidade, é efetiva a inversão da relação entre o sujeito e o objeto que ele produziu, conforme explica Resende

a separação entre o sujeito e sua atividade vital é efetiva. Ao vender sua força de trabalho, o indivíduo está vendendo a si mesmo, sua energia vital objetivada na constituição de um objeto que não lhe pertence e no qual ele não se reconhece: separa-se do objeto que produz, distancia-se de si mesmo e, ainda, separa-se dos outros homens com os quais passa a antagonizar e concorrer (RESENDE, 2009, p. 91).

As relações de dependência entre as pessoas são convertidas, pela mágica do valor e do dinheiro, em relações de independência entre pessoas e de dependência entre coisas. As relações sociais entre pessoas são reificadas pela mediação do dinheiro, convertendo-se em relações sociais entre coisas.

As relações sociais na economia mercantil-capitalista são determinadas não pelas pessoas como portadoras de uma particular função social, mas como proprietários de coisas que desempenham uma função social específica no processo de produção, como representantes sociais dos diferentes elementos da produção. Assim, é levada a cabo a 'personificação das coisas'. A coisa torna-se portadora de uma forma social específica nas relações de produção.

A forma social do produto do trabalho serve não somente como 'expressão' de um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas, mas também como 'portadora' delas, adquirindo um caráter social específico. (...) 'A reificação das relações de produção' entre as pessoas é complementada pela 'personificação das coisas'. (RUBIN, 1980, p. 36).

A ausência de regulação direta do processo social de produção leva necessariamente à regulação indireta do processo de produção, através do mercado, através dos produtos do trabalho, através de coisas. "O fetichismo não é apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social" (RUBIN, 1980, p. 72-73).

No processo de ocultação das relações humanas "está em curso a alienação das formas objetivas e subjetivas, materiais e espirituais do indivíduo" (RESENDE, 2009, p. 105). Desse modo, o fetichismo significa o desdobramento da vida humana em uma vida alienada, na qual os humanos se perdem a si mesmos.

O fenômeno do fetichismo é expressão do estranhamento do trabalho na particularidade do modo capitalista de produção, fundando o processo de alienação do trabalho que domina todos os espaços objetivos e subjetivos da vida humana.

1.1 A categoria valor enquanto fundamento do trabalho alienado na forma social burguesa

A apreensão da categoria valor como fundamento do trabalho na sociedade moderna é imprescindível para a compreensão das determinações que incidem sobre o trabalho profissional do Serviço Social, enquanto constituinte e partícipe da divisão social e técnica do trabalho capitalista.

Na sociedade capitalista, as relações sociais de produção não estão circunscritas a relações entre produtores mercantis independentes, mas entre classes sociais que se antagonizam na forma de apropriação do produto do trabalho, mas que cumprem, cada qual, uma

função específica no processo de produção do valor, enquanto agentes econômicos autônomos, que se inter-relacionam com base no direito de propriedade e através de “livres” contratos.

A “forma de valor em si” é expressão material da igualdade das mercadorias no processo de troca. O capital é a expressão material das relações de produção, primeiramente, entre capitalistas e operários (capital industrial ou produtivo), mas que derivam em relações entre os diversos grupos de capitalistas na função de valorização do capital. A forma social da troca reflete a estrutura da economia mercantil; e o conteúdo da troca expressa a igualação social do trabalho como fase do processo de produção e reprodução social.

Na economia capitalista o trabalho em sua forma concreta não entra diretamente na economia social. O trabalho só se torna social quando adquire a forma de trabalho socialmente igualado, ou seja, seu produto é igualado aos produtos de todos os outros produtores, enquanto materialidade da forma valor (trabalho abstrato). O conceito de igualdade de trabalho desempenha um papel central na teoria de Marx sobre o valor precisamente porque na economia capitalista o trabalho só se torna social se tiver a propriedade de ser trabalho abstrato.

A chave para a teoria do valor não pode ser encontrada no ato de troca enquanto tal, na igualação material das mercadorias como valores, mas na maneira pela qual o trabalho é igualado e distribuído na economia capitalista.

Na definição de valor como quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de determinadas mercadorias têm-se uma falsa impressão da identidade entre trabalho e valor na sociedade mercantil. O trabalho não pode ser identificado com valor. O trabalho é apenas a substância do valor e, para chegar ao conceito de valor, o trabalho como substância do valor deve ser tratado em seu vínculo inseparável com a forma social de valor.

Marx toma como ponto de partida a análise do valor como forma acabada do produto do trabalho e, através da análise dialética, revela o trabalho como substância dessa forma social. Mas Marx não demonstra apenas como esse conteúdo adquire uma determinada forma social, mas explicita como essa forma social condiciona e resignifica seu conteúdo.

O processo de troca provoca modificações substanciais tanto no produto, quanto no trabalho. Não se trata de modificações materiais, mas de modificação em sua forma social. O processo de troca modifica indiretamente a atividade de trabalho dos produtores, ao colocar seus trabalhos numa determinada relação com o trabalho de outros produtores. O trabalho aparece

diretamente como trabalho privado, concreto, qualificado e individual, e simultaneamente, e de maneira potencial, como trabalho social, abstrato, simples e socialmente necessário.

No processo de apreensão do trabalho na especificidade da forma social burguesa, Marx identifica a mercadoria como “célula econômica da sociedade burguesa (...) que reveste o produto do trabalho” (MARX, 1968, p. 4), e inicia sua análise pelos fenômenos que ocorrem na superfície do mercado sob forma material; começa pela oposição entre valor de uso e valor de troca. Busca a explicação para esta dualidade na oposição entre trabalho concreto e trabalho abstrato, como modo de ser do produto do trabalho ou a forma valor assumido pela mercadoria. Prosseguindo com esta análise das formas sociais de organização do trabalho, volta-se para o problema central de sua teoria econômica, a oposição entre trabalho privado e trabalho social.

A forma aparente invertida é a forma objetiva do caráter social do trabalho capitalista. Relações sociais entre os produtores privados se convertem em relações reificadas entre os produtos dos trabalhos. Por isso, o caráter privado do trabalho na sociedade burguesa oculta as relações sociais imediatas das pessoas em seu próprio trabalho, que só se realiza no nexos social pela mediação da troca entre os produtos do trabalho coisificados na forma mercadoria. Aqui se revela a dualidade fundamental entre o caráter imediatamente privado e só medianamente social do trabalho.

Na medida em que o processo de troca promove a interligação dos produtores privados, ele realiza o metabolismo social.

2 O VALOR COMO CATEGORIA NECESSÁRIA À APREENSÃO DO SIGNIFICADO SÓCIO-HISTÓRICO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A oposição constituinte do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias exige a apreensão do trabalho concreto em relação às determinações do trabalho abstrato, enquanto uma relação recíproca que só se constitui como unidade na relação social que a determina enquanto totalidade. Desse modo, a análise requer a apreensão do trabalho concreto enquanto conteúdo específico de uma forma social abstrata, que recoloca os termos em uma relação de interdependência contraditória, onde o conteúdo só existe enquanto modo específico determinado pela forma valor.

Alicerçado nessa análise das determinações constitutivas do trabalho e da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, há que se apreender o caráter social do trabalho profissional do serviço social. Pressupõe-se que a função social que legitima a necessidade de uma

determinada especialização na divisão social do trabalho, infere-se da necessidade da lógica da ordem do capital, demandada pelas formas históricas particulares de valorização do valor.

Desse modo, a apreensão do significado social do trabalho profissional do Serviço Social requer que o debate sobre o trabalho profissional apreenda as determinações postas pela divisão social e técnica do trabalho capitalista, enquanto determinação de forma social do trabalho, que subsumi a qualidade útil do trabalho concreto dos assistentes sociais à sua determinação de forma social de trabalho abstrato.

Ainda que os sujeitos profissionais possam tencionar essa função social, a partir da polarização diante dos interesses das classes sociais em disputa na sociedade, somente podem fazê-lo a partir da materialidade da lógica social que legitima a profissão. Portanto, o fundamento de legitimidade social de uma profissão não deve ser apreendido pelas respostas construídas pelos sujeitos profissionais. Os limites das possibilidades de tencionar e polarizar tal base legitimadora, esta sim, depende das estratégias e respostas historicamente construídas. O significado social da profissão deve se apreendido pelas determinações da forma social alienada que condiciona a realização do trabalho profissional. Os limites e possibilidades do sujeito, diante das contradições que constituem essas determinações, é um desafio historicamente construído pelos sujeitos profissionais e pela classe.

O trabalho profissional do Serviço Social insere-se na dinâmica constitutiva do capitalismo, na fase monopólica do capital, diante das peculiares determinações que o processo de valorização do valor impôs a sociabilidade. Esse trabalho assume como qualquer outro trabalho na órbita da sociedade burguesa, um conteúdo específico de uma forma social abstrata que se encontra lastreada pela teoria do valor. Portanto, a funcionalidade dessa profissão está hipotecada as formas históricas particulares de valorização do valor.

A constituição de um aparato profissional da natureza assumida pelo Serviço Social ganha conteúdo concreto no sistema capitalista e sua funcionalidade e alterações sócio profissionais são indicativas de um processo em curso dos fluxos de valorização do valor. Rastrear as dinâmicas internas que movem o processo de valorização torna-se a chave heurística explicativa para compreensão da profissão, sobretudo, os limites ideo-políticos que conformam a dinâmica do conjunto de requisições postas à profissão do serviço social em cada tempo histórico.

Portanto, as determinações sócio históricas explicativas da razão de ser da profissão e de sua ampliação sócio profissional são derivativas da dinâmica contraditória do valor. Em que pese o caráter reivindicativo e das lutas sociais que externalizam as tensões das classes sociais em

movimento, sua aderência e reprodução social encontram-se fincadas na legalidade social da teoria do valor. Desse modo, o desvelamento do significado social da profissão do Serviço Social deve ser apreendido a partir do valor enquanto categoria fundante das relações sociais capitalistas, e na particularidade da relação dialética contraditória trabalho concreto e trabalho abstrato, na qual o conteúdo concreto do trabalho útil só se realiza pela especificidade da forma social que o concretiza enquanto trabalho abstrato e alienado.

A reprodução da totalidade das relações sociais é um processo complexo, que contém em si mesmo a possibilidade do diverso, do contraditório, da mudança e do novo. Trata-se da reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social, que se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, relações de poder e antagonismos de classes. Envolve, portanto, a reprodução da vida material e espiritual, das formas de consciência social, mediante as quais os seres humanos tomam consciência das mudanças nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação. A reprodução das relações sociais não é mera reposição do instituído, mas também criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho, em cujo processo se aprofundam as desigualdades e se criam novas relações sociais em disputa pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Nessa concepção, a história é um vir-a-ser aberto às possibilidades, à criação do novo, que captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes, as formas reificadas que as constituem, assim como a possibilidade de ruptura. Portanto, se existe uma auto expansão insaciável da forma capital ela não é a-histórica e perene, mas produto de relações sociais contraditórias que se movem em torno da valorização do valor, quebrantável como qualquer dinâmica da vida social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agudização das expressões da *questão social* aponta uma nova configuração da reposição da *factualidade* alienada (NETTO, 1981) com que o sistema produtor de mercadorias mistifica as relações sociais em todas as instâncias e níveis sociais.

Nesse contexto de naturalização da questão social, com generalização da pobreza e da miséria, aprofunda um movimento de redimensionamento da função social da ação assistencial,

que passa a ter como fundamento a administração da miséria no marco da assistencialização das políticas sociais. Essa mudança na função da assistência deve ser entendida no quadro histórico das novas configurações da crise do capital, apreendendo seu sentido social nesse contexto histórico particular, bem como as requisições que são colocadas à profissão do Serviço Social e que incidem sobre o significado social do trabalho profissional. Vê-se, pois, que o capital renova suas estratégias para remediar a crise e intensificar a exploração do trabalho, adequando-se a cada momento histórico específico. Dessa forma, subordina e confere novas atribuições e objetivos ao trabalho profissional.

Esse quadro histórico de crise estrutural do capital desencadeou um quadro de barbárie social que exige a constituição de um novo marco de políticas sociais, que responda ao cenário de estagnação e crise estrutural da economia capitalista que marca o fim do período de expansão do pós-guerra.

Esse cenário de barbárie social decorrente das respostas do capital às suas crises expressa o esgotamento das possibilidades civilizatórias desse modo de produção e regulação social, ao converter necessariamente os fundamentos de sua reprodução social em produtividade destrutiva (MÉSZÁROS, p. 85, 2009). Nesse cenário, refratário aos direitos sociais, impera o desemprego estrutural, o crescimento da informalidade, bem como o controle das classes trabalhadoras é intensificado pela militarização da segurança pública, que passa a encarar esse controle como uma questão de combate ao terrorismo contra as classes perigosas (WACQUANT, 2011).

Essas chamadas “classes perigosas” impulsionam a reformulação da ação social do Estado, que amplia a focalização de sua política de assistência social na administração da miséria social e sob a égide de um Estado penal (WACQUANT, 2011), revelando a dimensão de barbárie social do capitalismo em sua fase de crise estrutural.

Num quadro histórico de crise estrutural do capital e de barbárie social a configuração do Estado se dá num novo trato das classes perigosas caracterizado pela ação assistencial focalizada e pela militarização da segurança pública.

Nesse quadro histórico são refuncionalizadas as políticas sociais, conformando técnicas de gestão da regressão civilizatória como forma de controle da barbárie social, focadas na população sobrando do processo de produção de valor e constituindo-se em uma gestão da barbárie social.

Apreender o significado social do trabalho profissional do Serviço Social nesse contexto particular de crise estrutural e barbárie social tem um significado particular em relação ao mesmo

trabalho profissional em outras conjunturas. O significado social do trabalho profissional, como partícipe da divisão social do trabalho capitalista, não é determinado pelo sujeito profissional, mas por uma correlação de forças em que, ainda que este possa ter um certo protagonismo, seus resultados nas condições de reprodução social não são determinados por suas intencionalidades, mas pela objetividade de seu significado social enquanto trabalho alienado e reificado na órbita de produção e reprodução do mais valor.

Portanto, decifrar as múltiplas determinações que incidem sobre essa relação social sobre determinações do fetichismo e do trabalho alienado, nesse quadro histórico de crise estrutural faz-se necessário, para compreendermos as funcionalidades sócio interventivas que informam o trabalho profissional do Serviço Social.

A apreensão do significado social do trabalho profissional do Serviço Social no complexo contexto da crise atual exige o rigor teórico na apreensão de seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos que possibilite o desvelamento do fetiche de sua prática profissional. Tal desafio requer a superação do conceito de trabalho profissional que autonomiza as determinações do conteúdo técnico material do trabalho em sua relação interdependente com seu caráter social alienado e reificado, enquanto forma social de realização como trabalho abstrato. Portanto, o trato teórico da categoria valor é explicativa das tensões e fundamentos teóricos e históricos que dotam o trabalho profissional do Serviço Social de uma legalidade sócio profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **O Capital**. Volume I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. **O Capital**. Volume III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2010.

MESZAROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RESENDE, Anita C. Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2004.

RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ro: Zahar, 2011.